
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

ÍNDICE

História do Brasil - Nova República	2
José Sarney (1985 – 1990)	2
Constituição de 1988 (Atual) – Redemocratização	2
Eleições de 1989	3

História do Brasil - Nova República

O fim da ditadura militar no Brasil também está relacionado com os rumos que o mundo tomava. A Guerra Fria dava sinais de fraqueza e os Estados Unidos davam todos os sinais de vitória no conflito. A União Soviética se mostrava enfraquecida por uma série de acontecimentos internos. Em virtude disso, o apoio dos Estados Unidos aos regimes ditatoriais sofreu uma drástica diminuição. O Brasil caminhava, em meados dos anos 80, para uma nova ideologia econômica e política, vigente no mundo americano.

José Sarney (1985 – 1990)

O governo de José Sarney foi inicialmente marcado pela frustração político-ideológica da volta à democracia com a morte de Tancredo Neves. Ocupando o posto de Vice-Presidente, Sarney foi o primeiro civil a tomar posse do governo presidencial após os anos da ditadura. Historicamente ligado às tradicionais oligarquias nordestinas, o governo José Sarney tinha a difícil missão de recuperar a economia brasileira sem abrir mão dos privilégios das elites que apoiavam.

Buscando contornar a crise da economia, Sarney montou uma equipe econômica contrária à antiga política econômica do período militar. A nova equipe foi responsável pela criação, em 1986, do Plano Cruzado. Adotando políticas de controle dos salários e dos preços, o governo esperava conter o desenfreado processo de inflação que assolava a economia brasileira. No primeiro instante, os objetivos desse plano foram alcançados: a inflação atingiu valores negativos, o consumo aumentou e os fundos aplicados foram lançados na economia.

Alguns meses mais tarde, a euforia de consumo levou o plano à falência. A estabilização forçada dos preços retraiu os setores produtivos e acabou fazendo com que os bens de consumo desaparecessem das prateleiras dos supermercados e das empresas. Muitos fornecedores passaram a cobrar um ágio sob a obtenção de determinados produtos. Além disso, as reservas cambiais do país foram empregadas na obtenção das mercadorias essenciais que desapareceram da economia nacional.

A fuga das reservas motivou um processo de crise econômica marcado pela moratória, ou seja, o não pagamento dos juros da dívida externa brasileira. Não suportando mais tal conjunto de medidas, o controle dos preços foi eliminado e assim a inflação voltava a disparar. Mesmo ainda tentando novos planos (Bresser, 1987 e Verão, 1989), a economia brasileira não conseguia vencer seu problema inflacionário. No ano de 1989, a inflação anual já alcançava 1.764%.

A ineficiência do campo econômico só não ganhou maior destaque na época devido às movimentações políticas em torno da Constituição de 1988. Esperada como uma nova lei que acabasse com os últimos entraves do sistema repressivo militar e garantisse as liberdades civis e políticas, a nova Constituição ofereceu ganhos significativos nas questões das liberdades e dos direitos individuais.

Constituição de 1988 (Atual) – Redemocratização

- > Forma de Estado: Federativa.
- > Forma de Governo: República.
- > Sistema de Governo: Presidencialista.
- > Regime: Democrático.

A República Federativa do Brasil: formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal:

Constitui-se em Estado Democrático de Direito.

→ Fundamentos:

- > soberania;
- > cidadania;
- > dignidade da pessoa humana;
- > valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- > pluralismo político.

Divisão em 3 Poderes independentes e harmônicos entre si: o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

→ Objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- > construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- > garantir o desenvolvimento nacional;
- > erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- > promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

→ Artigo 5º: Igualdade de todos perante a lei.

- > Os *Direitos* podem ser divididos em três tipos: Civis, Políticos e Sociais. A cidadania consiste na conquista desses direitos.
 - » Direitos civis consistem na garantia da liberdade religiosa e de pensamento, o direito de ir e vir, o direito à propriedade, à liberdade contratual, principalmente, de escolher o trabalho, e finalmente, a justiça, que deveria salvaguardar todos os direitos anteriores.
 - » Direitos políticos referem-se aos direitos eleitorais (possibilidade de votar e ser votado) o direito de livre associação (partidos, sindicatos etc.) e o direito de protestar.
 - » Direitos sociais: a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.

→ Meio ambiente

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Ainda, durante o Governo Sarney, aconteceram as eleições diretas, quando 22 candidatos disputaram o pleito. Foram para o segundo turno os candidatos: Fernando Collor de Mello (PRN e coligações de direita) e Luiz Inácio *Lula* da Silva (PT e coligações de esquerda). Em um cenário eleitoral tumultuado e com trocas de acusações, debates intensos, Collor acaba por ser eleito Presidente.

Eleições de 1989

Logo após a transição política vivida durante o governo José Sarney, o Brasil viveu um período de movimentação política que consolidou a retomada do regime democrático no país. Em 1989, após vinte e nove anos, a população brasileira escolheria o novo Presidente da República por meio do voto direto.

Conforme estabelecido na Constituição de 1988, o sistema político do país se organizaria de forma pluripartidária. Com a vigência do sistema pluripartidário, as mais variadas correntes de orientação política se estabeleceram no cenário político da época. Cercado por tantas opções, os eleitores se viam perdidos entre diferentes promessas que solucionariam os problemas do país.

Os setores de direita não conseguiram emplacar um candidato capaz de garantir uma vitória tranquila no pleito presidencial. Tal enfraquecimento político se deu por conta das frustradas tentativas de sanear a economia. Dominado por políticos de direita, o governo José Sarney (1985 – 1990) foi palco de constantes arrochos salariais e, principalmente, de grandes surtos inflacionários.

Já os partidos de esquerda viriam a lançar duas influentes figuras políticas que poderiam polarizar a disputa daquela eleição. De um lado, Luiz Inácio *Lula* da Silva, representando o Partido dos Trabalhadores e com base política assentada entre os trabalhadores e as principais lideranças sindicais do país. De outro, Leonel Brizola, filiado ao Partido Democrático Trabalhista, e apoiado em sua extensa vida política influenciada pela política trabalhista da Era Vargas (1930 – 1954).

Buscando reverter o quadro desfavorável, a direita tentou emplacar a candidatura do empresário das telecomunicações Sílvio Santos, logo impugnada pelo Superior Tribunal Eleitoral. Temendo uma vitória dos setores de esquerda e sem nenhum concorrente de peso, os partidos de direita passaram a apoiar um jovem político alagoano chamado Fernando Collor de Melo. Com boa aparência, um discurso carismático e o apoio financeiro do empresariado brasileiro, Collor se transformou na grande aposta da direita.

Atraindo apoio de diferentes setores da sociedade, Collor prometia modernizar a economia promovendo políticas de cunho neoliberal e a abertura da participação estrangeira na economia nacional. Ao mesmo tempo, fazia discursos de orientação religiosa, se autoproclamava um *caçador de marajás* e alertava sobre os perigos de um possível governo de esquerda.

No primeiro turno, a apuração das urnas deixou a decisão para um segundo pleito a ser disputado entre Collor e Lula. Mesmo tendo um significativo número de militantes durante seus comícios, a inabilidade do candidato do PT diante as câmeras acabou enfraquecendo sua campanha. De outro lado, Collor utilizou com eficácia o vantajoso espaço nas mídias a ele cedido. Com a apuração final, tais diferenças de proposta e, principalmente, comportamento garantiram a vitória de Fernando Collor de Melo.

por: Rainer Souza – in: <http://www.brasilecola.com/historiab/eleicoes-1989.htm>

Exercícios

01. A Constituição brasileira, promulgada em 1988, foi escrita no período da Nova República. A esse respeito, é correto afirmar que
- a) o período denominado Nova República é antecedido imediatamente pela República.
 - b) a Constituição foi promulgada no governo de José Sarney.
 - c) o Presidente eleito de forma direta foi Tancredo de Almeida Neves.
 - d) a Constituinte foi dissolvida e a nova Carta Constitucional escrita por um grupo de intelectuais escolhidos pelo Presidente.
 - e) a Nova República foi instalada com a eleição de candidatos militares para a Presidência da República.
02. Depois de mais de duas décadas de governos militares (1964-1985), tomava posse em 15 de março de 1985 o Presidente José Sarney, inaugurando uma sequência de governos civis. A respeito do governo Sarney e das medidas econômicas tomadas em sua gestão, assinale a alternativa correta.
- a) O governo Sarney teve uma gestão conturbada no campo político e enfrentou, inclusive, algumas revoltas nos quartéis por parte de generais insatisfeitos com o comando civil do país.
 - b) A inflação, que muito incomodou a gestão do Presidente João Batista de Oliveira Figueiredo, foi derrotada pelo governo Sarney com uma só medida.
 - c) O governo Sarney promoveu uma ampla mudança na economia brasileira ao operacionalizar a nacionalização de um grande número de empresas estrangeiras que operavam no Brasil.
 - d) O governo Sarney lançou o Plano Cruzado, que incluía congelamento de preços das mercadorias e a substituição do Cruzeiro pelo Cruzado como moeda corrente.
 - e) A Constituição aprovada pelo Congresso Nacional durante o governo Sarney foi muito liberal no campo econômico, mas fez pouco avanço no que se refere à liberdade política, mantendo, inclusive, restrições à liberdade de imprensa.

Gabarito

01 - B

02 - D